

EVANGELIZAÇÃO E MINISTÉRIO DOS LEIGOS

Antônio José de Almeida

Minha intenção, neste tema, não é falar daquilo que já estudei sobre este assunto, e sim do Estudo do Documento 77, que a CNBB aprovou em final de abril e maio de 1998 e que tem sido estudado e discutido por muitos grupos, paróquias e dioceses de todo o Brasil. Provavelmente, até o próximo ano, este documento terá seu nome mudado.

O Documento 77 está dividido em três partes e segue a metodologia do ver, julgar e agir. Na primeira parte, são apresentados os desafios e os sinais dos tempos. A segunda parte apresenta o aspecto teológico, *a missão do povo de Deus*, e está subdividida em (1) a missão e (2) povo de Deus. É justamente nesta segunda parte do documento em que se fala dos ministérios. A terceira parte fala da comunidade em missão. Missão compreendida no contexto comunitário e como exigência do anúncio, do diálogo, do serviço e do testemunho.

1. VISÃO BREVE DA PRIMEIRA PARTE

O texto fala que o cristão deve olhar para o mundo com realismo e esperança. É no mundo que irá descobrir os

sinais da vontade de Deus e os caminhos que apontam para este rumo. Mas é também no mundo que irá ver os obstáculos e as forças que impedem a sociedade humana de avançar em direção à justiça e à paz para todos.

O que está por detrás dessa primeira parte do documento é uma teologia dos sinais dos tempos. Sobretudo, porque, a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja se torna sensível a isso.

O documento não faz uma análise exaustiva da realidade, mas procura mostrar os traços mais relevantes que se constituem como desafio para o processo evangelizador.

No que se refere aos desafios econômicos e sociais, o documento fala da globalização e de seus aspectos positivos e negativos. No entanto, dá ênfase maior aos aspectos negativos e cita a *Centesimus Annus*, números 34 e 35, em que o Papa aborda a questão da globalidade. No nosso caso (Brasil e América Latina), o crescimento da dívida externa e da dívida social agrava ainda mais essa situação, porque nós temos reflexos particulares.

Observa-se que a economia, cada vez mais, situa-se no centro do sistema do qual nós estamos envolvidos e no qual há uma tendência a subtrair do domínio da ética as questões econômicas e políticas. Nesse sentido, a Igreja tem uma palavra a dar. Ela deve trabalhar na formação das consciências. Hoje, passamos por um processo de deformação das consciências. Aqui no Brasil, temos um crescimento do abuso do poder, um crescimento descontrolado da corrupção e da exploração institucionalizada, o que é favorecido pela impunidade.

No nº 18, o texto faz uma análise da juventude. Diz que uma grande parte dos jovens rompe com o passado, perde a consciência com a forma de viver do passado e com o protagonismo e perde também a perspectiva do futuro, na medida em que procura usufruir do mundo, num clima de individualismo e consumismo.

Esta parte termina dizendo que a globalização e a ideologia que acompanham o neoliberalismo, mesmo tendo se imposto muito fortemente, já encontra sinais de reações contrárias, da parte de grupos, comunidades e governos.

Ainda nesta primeira parte, no nº 21, o texto apresenta os desafios culturais e religiosos. Diz que, apesar da economia ser o centro de nossas relações, ela não é o único fator que explica a forma de viver de alguns grupos e que ela é insuficiente para compreender as tendências da sociedade atual, bastante complexa. O texto diz que, em lugar da cultura tradicional, vai se difundindo, cada vez mais, uma cultura da modernidade. Uma grande característica da modernidade é o pluralismo cultural que, como todos sabemos, não é uniforme e, ainda, sofre influência dos MCS. Hoje, misturam-se neste fenômeno a cultura popular, a erudita e a científica. É preciso reelaborar a identidade pessoal. Na sociedade tradicional, a identidade já era dada. Na modernidade, cada indivíduo é desafiado a elaborar sua própria identidade, na medida em que vai adquirindo, para compor sua identidade social, aqueles elementos que o mercado lhe oferece. Porém, este tipo de identidade é fraca, porque não se enquadra em todos os ambientes e porque não é sempre a mesma.

O pluralismo também tem conseqüências explosivas no campo religioso. Hoje, a religião não é mais uma religião que se baseia e se pauta a partir da revelação. Antes, é a busca de soluções para os problemas pessoais. Ela é mais uma religião do tipo que consola, cura e ajuda a dar sentido à própria existência. E, ainda, reconsiderando as opções pessoais, temos uma grande variedade à nossa disposição. Alguns optam por uma religião sem muita institucionalidade e sem práticas comunitárias. Outros, por uma religião que repropõe a comunidade tradicional; é a religião fundamentalista, que garante segurança. Outros, por formas mais espontâneas de manifestação do sagrado: esoterismo, budismo, crença na reencarnação. Rejeitam-se, assim, as grandes religiões e a

racionalidade científica. Embora a grande maioria das pessoas seja católica e ainda opte por ela, dois fenômenos convivem lado a lado: a adesão parcial, em que se faz a seleção daquilo que se crê, e as tendências fundamentalistas, que atinge setores de movimentos e comunidade.

Esta parte termina dizendo que, para o católico, a melhor resposta a essa situação não é simplesmente conservar a religião tradicional, e sim renovar a sua adesão ao catolicismo, tornando-a mais consciente e responsável, enraizando-a numa profunda experiência de Deus, iluminada pela palavra, partilhada na vivência comunitária e sacramental e atenta ao magistério da Igreja. Na sociedade atual, ou o cristão tem uma fé personalizada, assumida, enraizada numa experiência forte de Deus, ou, simplesmente, não será cristão.

A última subdivisão da primeira parte traz como título: *Força e Fraqueza dos cristãos*. Quero partir de dados não só numéricos, mas também qualitativos.

Nota-se, hoje, uma busca da espiritualidade, que, por sua vez, é caracterizada pelo pluralismo e pelo subjetivismo. Há uma multiplicação de novos movimentos que oferecem várias propostas. Experimenta-se um novo vigor nas antigas associações religiosas e também na tradição religiosa popular. Surgem propostas pastorais inéditas e o aumenta a busca de formação teológica. Há clima favorável para o ecumenismo e para o diálogo inter-religioso, não obstante a resistência de grupos radicais e a tendência a nivelar e confundir as experiências religiosas.

Observa-se também a profunda transformação de católicos militantes na sociedade, principalmente no processo de redemocratização. As CEB's assumem uma atitude mais crítica em relação à sociedade e em relação às pastorais sociais; vêem-se cristãos engajados em conselhos partidários e exigindo apoio da comunidade eclesial. As paróquias, sobretudo as urbanas, aparecem com mais atividades e os párocos

sobrecarregados. As pastorais são fragmentadas e falta harmonia entre elas na comunidade. Uma tendência crescente é a de tornar as paróquias uma rede de comunidades. As CEB's continuam ainda numerosas; porém, apresentam uma queda em suas atividades. O número de agentes pastorais aumentou. Temos, no Brasil, conforme pesquisa do CERIS, 70.000 celebrações semanais, de 300 a 350.000 catequistas, 100.000 agentes da pastoral da criança e um número incalculável de pessoas que assumem outros ministérios. Calcula-se, para cada presbítero, um mínimo de 50 leigos.

O nº 31 do documento destaca que, na Igreja, a presença maior é a de mulheres.

Na última década, aumentou o clero diocesano. No Brasil, temos 16.000 padres. Nos últimos 15 anos, ordenamos 4.500 padres. Mas a situação ainda é ruim se comparada ao ano de 1960, quando, para cada 6.284 habitantes, tinha-se um padre disponível. O aumento do número de padres, porém, não acompanha o crescimento populacional.

O texto ainda diz que é urgente, por um lado, repensar a ação do ministério presbiteral e, por outro, ter em conta a corresponsabilidade de todos os cristãos no plano da evangelização e uma melhor adequação do padre aos desafios da comunidade eclesial e da sociedade.

2. A SEGUNDA PARTE: A MISSÃO DO POVO DE DEUS

2.1. O conceito de Missão

Como eu havia adiantado, esta parte subdivide-se em dois blocos: o primeiro é uma reflexão sobre a evolução do conceito de missão, do Vaticano II às últimas diretrizes. O segundo é uma reflexão sobre a teologia do povo de Deus e,

nela, aborda-se a questão teológica dos ministérios.

O texto começa dizendo que, em relação à sociedade atual, a Igreja tem a missão essencial de prosseguir a prática de Jesus. É este o serviço que ela deve prestar ao mundo. A compreensão da missão deve ser aprofundada na medida em que a Igreja presta atenção aos sinais dos tempos e às mudanças na história humana.

O texto revela algumas idéias-chaves que surgiram nestes trinta anos. Primeiro, a missão não é, antes de tudo, tarefa humana, e sim obra de Deus no mundo. Trabalha-se o conceito pluriforme do Vaticano II de Igreja como *sacramento de salvação*. A Igreja é o fruto das divinas missões do Filho e do Espírito Santo, enviados pelo Pai. Assim, a Igreja é toda missionária, toda conotada pela missão, exatamente porque surge das divinas missões. Com grande força, desde o final do século passado, a Igreja tem sentido uma ruptura com a cultura moderna. Com o Vaticano II, e mais ainda após o Concílio, esta mesma Igreja vê como necessário criar-se novamente a si mesma no seio da sociedade, de ressurgir na sociedade, de se reelaborar. Surge, então, o tema da *Plantatio Ecclesiae*, ou seja, da implantação da Igreja. A Igreja não está mais adequada às condições atuais da sociedade e da cultura. Este tema foi forte no Vaticano II. Naquele momento, já se colocavam alguns elementos para que a questão não fosse pensada em função da implantação da Igreja, e sim que a Igreja fosse, cada vez mais, pensada como serviço ao leigo, mais exatamente, ao reino de Deus e à paz.

Nisto, nós já temos duas noções: primeiro, a missão pensada como implantação da Igreja na sociedade moderna, e, segundo, a missão pensada como serviço ao Reino de Deus no mundo.

Na década do Concílio e na posterior, a Igreja foi tomando, cada vez mais, consciência do valor e da necessidade do diálogo. É famosa e paradigmática a Encíclica *Ecclesiam*

Suam de Paulo VI, promulgada logo no início de seu pontificado. O papa aborda, exatamente, o diálogo e, sobretudo, o diálogo com a sociedade. O concílio havia tratado tal problema na *Gaudium et Spes*. Paulo VI, porém, retoma a questão com muito mais força nesta Encíclica de 1964. Já o Concílio havia trabalhado a questão do diálogo com as Igrejas Cristãs e se mostrado, de certa forma, aberto ao diálogo inter-religioso, que é um tema que será aprofundado depois.

Quanto a isso, o texto da CNBB realça que o diálogo não nasce de interesses práticos, mas de uma atividade que apresenta motivações, exigências e dignidade próprias. Em outras palavras, é exigido profundo respeito por tudo aquilo que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Através de tal diálogo, a Igreja pretende descobrir as sementes do Verbo, os fulgores da realidade que ilumina a todo homem, as sementes que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade.

Com isso, temos um outro aspecto da missão: a missão da Igreja não pode ser pensada sem aquilo que o Espírito de Deus está realizando em vários povos, culturas e tradições religiosas. Antes, deve ser programada sistematicamente, deve articular as dimensões antropológica e ideológica (que partem dos problemas dos leigos), deve ser orientada predominantemente para as atuações das transformações sociais, deve ser diversificada e adaptada às diversas situações e deve dar especial atenção ao campo sócio-político.

Os conselhos de leigos têm caráter canonicamente consultivo, e isto não significa que os(as) leigos(as) não devam participar da elaboração das decisões, e sim que os párocos devem assumir as decisões dos conselhos, a não ser que tenham graves razões de consciência para adiar uma decisão ou levar o problema aos superiores (bispos). O conselho dos leigos é o espaço próprio de articulação, organização, crescimento, formação, etc.

2.2. A segunda parte do Documento 77 da CNBB e as orientações da Santa Sé sobre os Ministérios Leigos

Qual a esperança de uma Igreja menos hierárquica e mais ministerial? Quando as mulheres poderão presidir uma celebração eucarística como leigas? Podemos ter esperança?

A instrução romana tem duas partes. A primeira traz uma fundamentação teológica. A segunda traz orientações práticas.

A fundamentação teológica é bastante sólida. Deve-se, no entanto, fazer a ressalva de que não aborda a questão do que vem a ser ministério, para que se possa discutir a possibilidade ou não de ser assumido por e atribuído a leigos.

O problema, porém, está na parte prática e o problema nasce de um equívoco. Há uma série de funções que historicamente, tradicionalmente, têm sido atribuídas a e exercidas por ministros ordenados mas que, teoricamente, não supõem a ordenação para serem exercidos. Qualquer membro da Igreja, em certas condições, pode assumi-los.

O equívoco está em tomar aquilo que é fruto de uma determinada evolução histórica e de uma espécie de monopolização das funções pela hierarquia da Igreja e dogmatizar essas evolução e monopolização. O processo é considerado legítimo e sem alternativas. No entanto, poderia ser diferente, ou seja, há uma série de funções que poderia ser exercida dentro da Igreja por leigos(as) com uma boa teologia. A Igreja, tendo em vista a atual penúria de ministros ordenados, a falta de vocações e a complexidade da ação evangelizadora, poderia criar verdadeiros novos ministérios a serem confiados, com responsabilidade e autoridade próprias, a ministros(as) leigos(as). Essas funções podem sempre continuar a ser exercidas por padres, bispos e, em parte, por diáconos. Mas nada impede que uma série delas seja exercida por ministros leigos. A verdadeira questão, porém, é a falta de uma consciência suficiente dos desafios das comunidades paroquiais e das

igrejas particulares que leve a perceber onde estão as reais necessidades; ou mesmo coragem suficiente para dar esse passo.

O Documento 77 leva em consideração o documento romano e procura aproveitar as brechas deixadas por este. Evidentemente, propõe incentivar e valorizar aquilo que já existe de potencial e que já está funcionando. Essa é a grande diferença entre ambos os textos.

Quanto à questão da esperança de termos uma Igreja mais ministerial e menos hierárquica, depende de duas coisas: do vigor, da vitalidade das igrejas locais e do processo, do dinamismo evangelizador que elas forem capazes de impulsionar. Isso depende de nós, do Espírito Santo, não de decisões simplesmente burocráticas ou de instâncias da hierarquia. O documento romano poderia ser visto com uma espécie de canto do cisne. A coisa está ruindo por vários lados e temos que tentar salvar o salvável, o que realmente é necessário salvar. Nisso há um conflito entre duas figuras ou modelos ou projetos de Igreja, e o documento romano tomou a defesa de um determinado modelo. Na prática, porém, há outros que estão aí, que vêm da objetivação teológica. Outro modelo é o que se sustenta fortemente no NT, o qual apresenta uma pluralidade de imagens de Igreja. No NT e na Igreja Antiga, encontramos uma pluralidade de ministérios que a evolução histórica posterior acabou por monopolizar nas mãos de poucos. O que nós estamos vivendo, hoje, na América Latina, no Brasil, em termos de criação de novos ministérios, tem muito a ver com o que se deu no processo do NT.

Quanto à outra questão, quando as mulheres poderão presidir ou ser ordenadas, devo confessar: não sei. Do ponto de vista romano, sendo Jesus do sexo masculino e tendo ele escolhido apóstolos do sexo masculino, a Igreja não se sente livre para modificar a postura atual. Mas há um outro ponto de vista, defendido até por teólogos conservadores, como Dom Boaventura Kloppenburg, de que isto é um dado cultural. Ou

seja, Jesus agiu dentro das limitações da sua cultura, de seu horizonte cultural e, em respeito ao simbolismo de sua cultura, ele não poderia escolher senão doze homens, que simbolizavam os doze patriarcas. E a renovação da totalidade dos patriarcas de Israel, sendo um dado cultural, poderia ser relido em outro contexto e de outra maneira. E a Igreja poderia ser livre para ordenar, não somente homens, mas também mulheres. Essa é uma questão cuja discussão se tornou proibida pelo atual Papa há pouco mais de dois anos, quando ele promulgou um documento, quase uma definição dogmática, afirmando não haver solução. Infelizmente, nesse assunto a liberdade de pesquisa e de opinião acaba sendo limitada, o que é prejudicial para a própria Igreja para a sua missão.

3. QUE ESPERAR PARA O FUTURO?

Oxalá, no futuro, alguém com outra mentalidade reavalie essa questão, porque bons teólogos, e mesmo bispos, são da opinião de que a Igreja poderia dar outra definição para este problema.

Primeiro, o documento 77, diz que os presbíteros estão com excesso de trabalho. Não será porque não foram preparados para delegar poderes?

Segundo, embora, hoje, os leigos tenham conseguido na Igreja uma abertura bem grande, ainda esbarramos nas velhas estruturas conservadoras de certos padres. Entre estes, alguns bem novos. Como o(a) leigo(a) pode também ser protagonista dessa realidade sem se frustrar?

No que se refere ao excesso de tarefas, há várias situações. Aquela em que o padre exerce o ministério de forma mais ou menos tradicional, mantendo, de fato, tudo nas mãos.

Há uma sobrecarga, também, daqueles que exercem o ministério de forma renovada. Pessoalmente, acho que em uma paróquia em renovação, as atividades se multiplicam enormemente e, ainda que o padre redistribua sem trabalho, ele continua sobrecarregado. O estudo da CNBB fala que devemos repensar as prioridades do ministério presbiteral. Na verdade, o documento está apontando para outro modelo de comunidade, para outro modelo presbiteral. Nós temos ainda paróquias enormes do ponto de vista populacional. A relação está de 1 para 10.000, mas a distribuição é bastante irregular: há padres que atendem áreas com 130, 150, ou mesmo 170 mil habitantes, enquanto outros atendem de 3 a 4 mil.

Esse modelo paroquial acaba sobrecarregando o padre. Se pudéssemos pensar a Igreja como uma grande rede de comunidades menores e essas comunidade tivessem seus próprios ministros e alguns ordenados que assumissem a animação, a coordenação, o acompanhamento delas (tipo paróquia atual), certamente a relação de ministros ordenados da comunidade, de lideranças leigas, etc, seria diferente. E o padre poderia ter uma relação muito mais próxima dos fiéis. É o que acontece nas comunidades evangélicas que não são tão grandes assim. E isso só seria possível, se a Igreja aceitasse a tese de ordenar os chamados “homens maduros na fé”, casados e com família. A estrutura ministerial comunitária da Igreja ficaria totalmente redesenhada.

Teoricamente isso é viável. A Igreja católica do Oriente tem essa possibilidade; mas, na Igreja latina, há uma posição de fechamento para isso. E a saída intermediária seria reconhecer que, nos fiéis existem carismas, aptidões básicas para assumir funções diferenciadas na Igreja. Então o padre se transformaria naquele que anima, coordena, acompanha, ajuda na formação dessas lideranças todas, com as quais ele reparte o trabalho evangelizador. Na verdade, o padre pensado nesse modelo seria uma espécie de mini-bispo; mais ou menos um modelo episcopal, porque ele teria que exercer um ministério, não tanto,

de contato direto com as pessoas, mas de um acompanhamento mais geral do ministério dos vários líderes e das várias comunidades.

Esta é aquela proposta que Dôm Tepe fez de padres como pastores. No seu livro *Pastores do Povo de Deus*, ele pensa o padre como um grande animador e coordenador, e não como alguém que executa as tarefas.

Eu, pessoalmente, acho que devemos ter mais informações, mais dados da sociologia. Eu acho que nós ainda temos uma boa porcentagem das paróquias no Brasil que ainda estão no modelo tradicional, sacramental, muito centralizadas, com muitas responsabilidades diretamente nas mãos do padre. Há padres cuidando de contas de banco ou organizando festas, há padres restritos ao atendimento sacramental. Isto é catastrófico para o futuro da Igreja se ela não repensar o problema. No documento, fala-se dos novos padres e faz-se a seguinte crítica: de uns quinze anos para cá, os novos padres têm certos vícios de sacramentalização, centralização, etc. Tal sintoma não é exclusivo dos novos, mas algo comum aos padres da nossa geração e das gerações anteriores à nossa. No entanto, isso precisaria ser avaliado, porque estamos em outro momento histórico, outro clima cultural. Hoje a religiosidade é diferente e muito forte. A sensibilidade para o lado estético é muito maior. Isso teria que ser melhor analisado.

A formação deveria enfrentar essa e outras questões que, muitas vezes, não são enfrentadas, não sei dizer por que. Talvez sejam dribladas, camufladas ou, em nome do respeito à individualidade, evitadas. As conseqüências surgem depois, é claro.

Cada Igreja local deveria pensar melhor o perfil do padre que realmente quer é trabalhar a formação a partir desse perfil. Às vezes, esse perfil não está muito claro e o processo se complica. Nestes casos, não adianta criar o quinto e o sexto anos. Deveria ter sido trabalhado desde a pastoral vocacional,

no propedêutico e, onde houver, no seminário menor. A Igreja precisa definir melhor um ou mais perfis de padre que ela necessita e trabalhar por isso. O candidato serve ou não serve. Caso não sirva, os formadores devem ter a coragem de dizer a ele que procure outro caminho a seguir. Não é esse tipo de Igreja que queremos construir?

Uma análise realizada acerca do clero francês diz que a situação é difícil. Há dioceses que há anos não ordenam ninguém. Há mais de 20.000 comunidades sem o atendimento direto de um padre. Essa é uma situação nova na França e ele diz o seguinte: "Nessa penúria em que nós estamos, mesmo assim, temos que investir nas melhores vocações. Não é porque a situação, do ponto de vista numérico, é calamitosa, que nós vamos abaixar a qualidade. Precisamos ter critérios muito rígidos na seleção. Claro que dentro do perfil que se deseja de uma Igreja desafiada como é a nossa. Não se pode e nem se deve baixar as exigências em termos de qualidade de um presbítero".

No que se refere a ministérios, não se trata de delegar. Delegar passa a seguinte idéia: eu tenho, em razão do sacramento do crisma, autoridade para realizar aquilo e o outro não tem. Assim, eu transfiro algo que era de minha responsabilidade para o outro. Mas isso não é correto na teologia dos ministérios, não é esse o esquema. A teologia dos ministérios propõe que, em cada comunidade, cada membro tem um carisma, uma aptidão, uma vocação para realizar algo. Eu vou olhar a necessidade da comunidade e ter a coragem de criar ou reconhecer o ministério próprio para determinada situação e atribuir responsabilidade própria. Não é esquema de delegação. Se partirmos do princípio de que as pessoas não só devem ser cristãs, mas que precisam ter carisma, o ministério é a afloração de tal carisma a serviço na comunidade. Não é esquema de repartição burocrática ou meramente funcional de tarefas. É o reconhecimento dos carismas de fato existentes na comunidade. O carisma deve responder às reais necessidades

da comunidade. A questão da renovação dos ministérios não é uma questão de delegação, e sim de reconhecimento dos carismas e, relacionado a isso, das necessidades da comunidade em sua missão.

Padre Antônio José de Almeida é Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma. Professor de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI de Londrina, Paraná. Transcreveram o texto Edson Marcelo Falsarela e Ismael Vanderlei Avi, do 2º ano de Teologia do ITCR da PUC-Campinas.